

# **Demonstrações Contábeis**

## **Ano 2018**

**SUMÁRIO****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Balço patrimonial	19
Demonstrações das sobras ou perdas	20
Demonstração do resultado abrangente e da composição das sobras do exercício	21
Demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto	22
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	23
Demonstração do valor adicionado	24
<b>NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>25</b>
Nota 01 – Contexto operacional	25
Nota 02 – Contratos de permissão	25
Nota 03 – Apresentação das demonstrações contábeis	25
Nota 04 – Alterações em práticas contábeis	25
Nota 05 – Sumário das principais práticas contábeis	25
Nota 06 – Caixa e equivalentes de caixa	27
Nota 07 – Consumidores	28
Nota 08 – Estoques	28
Nota 09 – Ativos financeiros setoriais	28
Nota 10 – Outros ativos circulantes	29
Nota 11 – Outros ativo não circulante	29
Nota 12 – Investimentos	29
Nota 13 – Intangível	30
Nota 14 – Fornecedores	33
Nota 15 – Tributos	33
Nota 16 – Empréstimos e financiamentos	34
Nota 17 – Participação nos resultados	34
Nota 18– Obrigações estimadas	34
Nota 19 – Obrigações regulatórias	34
Nota 20 – Contingências cíveis e trabalhistas	35
Nota 21 – Outros passivos circulantes	35
Nota 22 – Patrimônio líquido	35
Nota 23 – Ingressos/receitas operacionais	37
Nota 24 – Dispêndios/custos/despesas operacionais	38
Nota 25 – Instrumentos financeiros	38
Nota 26 – Demonstração do resultado segregado por atividade	40
Nota 27 - Demonstração tributável do resultado – operações com associados e terceiros	41
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>42</b>
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b>	<b>43</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>18.783.797,50</b>	<b>15.186.182,40</b>
Caixa e equivalentes de Caixa	6	621.675,60	590.917,28
Consumidores	7	10.123.415,91	10.068.805,98
Tributos e contribuições compensáveis	15	1.029.196,33	950.104,72
Estbques	8	544.679,55	298.641,74
Ativos financeiros setoriais	9	2.356.035,00	1.180.275,30
Outros ativos circulantes	10	4.108.795,11	2.097.437,38
<b>Não Circulante</b>		<b>125.970.601,07</b>	<b>117.825.836,34</b>
Outros ativos não circulantes	11	15.111.259,84	8.694.562,36
Investimentos	12	154.814,51	138.433,16
Intangível	13	110.704.526,72	108.992.840,82
<b>Total do Ativo</b>		<b>144.754.398,57</b>	<b>133.012.018,74</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>15.083.624,20</b>	<b>17.064.343,67</b>
Fornecedores	14	7.731.417,33	6.951.938,09
Obrigações sociais e trabalhistas - folha		607.412,58	-
Tributos, impostos e contribuições sociais	15	915.154,51	1.404.495,60
Empréstimos e financiamentos	16	1.857.340,89	1.756.880,33
Participação nos resultados	17	490.135,17	505.737,72
Obrigações estimadas	18	1.638.693,61	1.540.467,22
Encargos setoriais	19	1.297.550,13	2.194.024,46
Provisões para contingências	20	-	446.292,31
Outros passivos circulantes	21	545.919,98	2.264.507,94
<b>Não Circulante</b>		<b>11.631.476,30</b>	<b>11.223.880,38</b>
Empréstimos e financiamentos	16	1.222.151,13	1.696.898,30
Provisões para contingências	20	733.009,67	-
Outros passivos não circulantes		125.000,00	-
Obrigações vinculadas a concessão		9.551.315,50	9.526.982,08
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>118.039.298,07</b>	<b>104.723.794,69</b>
Capital social	22 a	7.276.004,71	7.271.086,72
Reservas de capital	22 b	11.372.667,15	11.372.667,15
Reservas de reavaliação		6.190.045,31	7.495.206,71
Reservas de sobras	22 c	90.954.557,29	74.224.471,91
Saldo a disposição da Assembleia		2.246.023,61	4.360.362,20
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>144.754.398,57</b>	<b>133.012.018,74</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

  
Diamantino Marques dos Santos  
Presidente  
CPF 180.638.450-72

  
Dilceu Everling  
Contador CRC/RS 075439/0-4  
CPF 511.688.470-87

**DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS**

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ingressos/receita operacional</b>	23	<b>105.565.933,42</b>	<b>82.597.333,26</b>
Fornecimento de energia elétrica	23	69.158.698,41	59.557.909,65
Doações, contribuições e subvenção econômica	23	23.529.753,38	9.669.440,14
Receita de construção	23	12.473.844,23	13.026.139,59
Outros ingressos/receitas	23 a	403.637,40	343.843,88
<b>(-) Deduções dos ingressos/receita operacional</b>	23	<b>19.182.464,45</b>	<b>16.892.729,60</b>
<b>Tributos</b>		<b>13.244.657,53</b>	<b>11.422.010,75</b>
ICMS		11.950.175,81	10.311.361,55
PIS faturamento		229.331,18	196.387,74
Cofins		1.058.451,44	906.409,67
ISS		6.699,10	7.851,79
<b>Encargos setoriais</b>		<b>5.937.806,92</b>	<b>5.470.718,85</b>
Conta de desenvolvimento energético - CDE		3.437.024,81	3.125.818,78
Taxa de fiscalização - TFSE		180.339,85	147.566,95
Outros		2.320.442,26	2.197.333,12
<b>(=) Ingressos/receita operacional líquida</b>	23	<b>86.383.468,97</b>	<b>65.704.603,66</b>
<b>(-) Dispêndios/custo de serviço de energia elétrica</b>		<b>63.813.039,90</b>	<b>47.406.909,99</b>
Dispêndios/custo com energia elétrica		30.241.032,45	15.239.331,33
Dispêndios/custo de operação	24	21.098.163,22	19.141.439,07
Dispêndios/custos de Construção		12.473.844,23	13.026.139,59
<b>(=) Sobra/lucro bruto</b>		<b>22.570.429,07</b>	<b>18.297.693,67</b>
<b>(-) Dispêndios/despesas continuadas</b>		<b>7.360.247,43</b>	<b>7.084.301,82</b>
(+) Outros ingressos/receita		431.035,11	135.016,41
Dispêndios/despesas gerais e administrativas	24	6.450.193,13	6.014.807,19
Outros dispêndios/despesas		1.341.089,41	1.204.511,04
<b>(=) Resultado do serviço</b>		<b>15.210.181,64</b>	<b>11.213.391,85</b>
<b>(+) Encargos financeiros líquidos</b>		<b>232.952,15</b>	<b>209.375,15</b>
Dispêndios/despesas financeiras		1.096.187,55	601.183,81
(-) Ingressos/receitas financeiras		863.235,40	810.558,96
<b>(=) Resultado antes dos tributos sobre as sobras e/ou lucros</b>		<b>14.977.229,49</b>	<b>11.422.767,00</b>
(-) Contribuição social		124.486,49	93.940,21
(-) Imposto de renda		321.795,80	236.945,04
<b>(=) Sobra líquida do exercício</b>		<b>14.530.947,20</b>	<b>11.091.881,75</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

  
Diamantino Marques dos Santos  
Presidente  
CPF 180.638.450-72

  
Dilceu Everling  
Contador CRC/RS 075439/0-4  
CPF 511.688.470-87

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DA COMPOSIÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO**

<b>Recursos</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Sobra líquida do exercício</b>	<b>14.530.947,20</b>	<b>11.091.881,75</b>
Demais resultados abrangentes		
Reversão da reserva de reavaliação	1.305.161,40	1.305.161,40
Reversão da reserva de investimentos	7.398.255,47	2.704.694,40
<b>Resultado do exercício abrangente</b>	<b>23.234.364,07</b>	<b>15.101.737,55</b>
<b>Destinações</b>		
<b>Destinação de caráter fiscal</b>	<b>774.128,01</b>	<b>567.196,92</b>
Rates (Art. 87 da lei 5764/71)	774.128,01	567.196,92
<b>Destinações estatutárias</b>	<b>20.214.212,45</b>	<b>10.174.178,43</b>
Fundo de reserva legal (50%)	11.230.118,03	7.267.270,31
Rates (5%)	1.123.011,80	2.906.908,12
Fundo de expansão e manutenção (35%)	7.861.082,62	-
<b>Sobras à disposição da Assembleia Geral Ordinária</b>	<b>2.246.023,61</b>	<b>4.360.362,20</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

  
Diamantino Marques dos Santos  
Presidente  
CPF 180.638.450-72

  
Dilceu Everling  
Contador CRC/RS 075439/0-4  
CPF 511.688.470-87

	2018	2017
<b>Sobras líquidas do exercício</b>	<b>14.530.947,20</b>	<b>11.091.881,75</b>
<b>Ajustes as sobras e/ou lucro líquido do exercício</b>	<b>5.106.181,11</b>	<b>2.812.844,24</b>
Depreciação/amortização	5.642.848,84	5.124.219,29
Provisão de contingência e variação monet. passiva	286.717,36	-
Amortização das obrigações especiais	-	(413.609,15)
Receita financeiras/variações monetarias	-	(810.558,96)
Juros apropriados e não pagos	103.050,56	-
Resultado participação soc cooperativa capitalizada	(16.381,35)	(17.712,31)
Desembolso líquido na desativação e alienação de bens	(1.341.089,41)	(1.204.511,04)
Ganhos/perdas na avaliação de investimentos	431.035,11	135.016,41
<b>Ajustes/variações das contas de ativo operacional</b>	<b>(3.566.856,78)</b>	<b>(1.924.369,22)</b>
Créditos com fornecimento de energia	(54.609,93)	(1.631.854,75)
Tributos e contrib. sociais a compensar	(79.091,61)	(269.225,71)
Estoques	(246.037,81)	61.249,02
Ativos financeiros setoriais	(1.175.759,70)	332.019,31
Outros ativos circulantes	(2.011.357,73)	(416.557,09)
<b>Ajustes/variações das contas de passivo operacional</b>	<b>(2.855.249,53)</b>	<b>4.127.626,80</b>
Fornecedores	779.479,24	3.484.950,25
Obrigações sociais e trabalhistas - folha	607.412,58	-
Tributos e contribuições sociais a pagar	(489.341,09)	480.776,18
Participação nos resultados	(15.602,55)	224.481,08
Obrigações estimadas	98.226,39	37.543,24
Encargos setoriais	(334.163,60)	-
Passivos financeiros setoriais	(562.310,73)	(1.276.792,12)
Provisões para contingências	-	409.292,31
Outros passivos circulantes	(1.718.587,96)	1.574.977,04
Aplicação do Rates	(1.220.361,81)	(807.601,18)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(13.139.999,01)</b>	<b>(18.697.026,81)</b>
Recebimento pela venda de imobilizado	412.791,58	-
Pagamento pela compra de bem para imobilizado	(13.996.162,82)	(21.265.255,99)
Participação financeira do consumidor	443.372,23	2.568.229,18
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(44.264,67)</b>	<b>(27.673,58)</b>
Destinação das sobras cfe. A.G.O	-	2.624.350,25
Outros ativos não circulantes	224.930,60	(2.730.583,37)
Empréstimos obtidos	11.539.802,14	6.030.255,53
Amortização de empréstimos	(11.938.915,40)	(5.353.783,25)
Custo dos empréstimos (encargos e dívidas)	-	(285.732,60)
Juros apropriados (encargos e dívidas)	-	(315.451,21)
Aumento de capital pelos sócios	4.917,99	3.271,07
Outras contas a pagar	125.000,00	-
<b>Redução líquido do disponível e equivalente</b>	<b>30.758,32</b>	<b>(2.616.716,82)</b>
<b>Saldo inicial do disponível e equivalente</b>	<b>590.917,28</b>	<b>3.207.634,10</b>
<b>Saldo final do disponível e equivalente</b>	<b>621.675,60</b>	<b>590.917,28</b>
<b>Variação do disponível e equivalente</b>	<b>30.758,32</b>	<b>(2.616.716,82)</b>

  
 Diamantino Marquês dos Santos  
 Presidente  
 CPF 180.638.450-72

  
 Dilceu Everling  
 Contador CRC/RS 075439/0-4  
 CPF 511.688.470-87

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Rates	Reserva para Investimentos	Fundo Expansão e Manutenção	Sobra à Disposição da AGO	Total
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>7.267.815,65</b>	<b>11.372.667,15</b>	<b>8.800.368,11</b>	<b>32.018.829,40</b>	<b>9.312.488,53</b>	<b>7.478.599,62</b>	<b>15.561.124,34</b>	<b>2.624.350,25</b>	<b>94.436.243,05</b>
Integralização de capital	3.271,07	-	-	-	-	-	-	-	3.271,07
Destinação conforme AGO	-	-	-	-	-	2.624.350,25	-	(2.624.350,25)	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	-	-	11.091.881,75	11.091.881,75
Destinação estatutária sobras	-	-	-	7.267.270,31	3.474.105,04	-	-	(10.741.375,35)	-
Rates aplicado	-	-	-	-	(807.601,18)	-	-	-	(807.601,18)
Realização reserva reavaliação	-	-	(1.305.161,40)	-	-	-	-	1.305.161,40	-
Realização reserva investimento	-	-	-	-	-	(2.704.694,40)	-	2.704.694,40	-
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>7.271.086,72</b>	<b>11.372.667,15</b>	<b>7.495.206,71</b>	<b>39.286.099,71</b>	<b>11.978.992,39</b>	<b>7.398.255,47</b>	<b>15.561.124,34</b>	<b>4.360.362,20</b>	<b>104.723.794,69</b>
Integralização de capital	4.917,99	-	-	-	-	-	-	-	4.917,99
Destinação conforme AGO	-	-	-	-	-	4.360.362,20	-	(4.360.362,20)	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	-	-	14.530.947,20	14.530.947,20
Destinação estatutária sobras	-	-	-	11.230.118,03	1.897.139,81	-	7.861.082,62	(20.988.340,46)	-
Rates aplicado	-	-	-	-	(1.220.361,81)	-	-	-	(1.220.361,81)
Realização reserva reavaliação	-	-	(1.305.161,40)	-	-	-	-	1.305.161,40	-
Realização reserva investimento	-	-	-	-	-	(7.398.255,47)	-	7.398.255,47	-
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>7.276.004,71</b>	<b>11.372.667,15</b>	<b>6.190.045,31</b>	<b>50.516.217,74</b>	<b>12.655.770,39</b>	<b>4.360.362,20</b>	<b>23.422.206,96</b>	<b>2.246.023,61</b>	<b>118.039.298,07</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

  
Diamantino Marquês dos Santos  
Presidente  
CPF 180.638.450-72

  
Dilceu Everling  
Contador CRC/RS 075439/0-4  
CPF 511.688.470-87

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA**

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA apresenta a composição da formação da lucratividade bruta da Cooperativa, assim como sua distribuição na forma de renda aos vários segmentos da sociedade.

	2018	%	2017	%
<b>Receitas/ingressos</b>	<b>105.565.933,42</b>	<b>100</b>	<b>82.597.333,26</b>	<b>100</b>
Receita bruta	105.565.933,42	100	82.597.333,26	100
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>51.150.915,30</b>	<b>48,45</b>	<b>35.968.629,90</b>	<b>43,55</b>
Energia elétrica comprada para revenda	30.241.032,45	28,65	15.239.331,33	18,45
Serviços de terceiros	1.826.834,93	1,73	1.641.858,52	1,99
Materiais	1.773.879,35	1,68	1.612.190,81	1,95
Outros insumos adquiridos	17.309.168,57	16,40	17.475.249,24	21,16
<b>(=) Valor adicional bruto</b>	<b>54.415.018,12</b>	<b>51,55</b>	<b>46.628.703,36</b>	<b>56,45</b>
(-) Quotas de reintegração	5.642.848,84	5,35	5.124.219,29	6,20
<b>(=) Valor adicionado líquido</b>	<b>48.772.169,28</b>	<b>46,20</b>	<b>41.504.484,07</b>	<b>50,25</b>
<b>(+) Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>431.035,11</b>	<b>0,41</b>	<b>135.016,41</b>	<b>0,16</b>
Ingressos/receitas financeiras	431.035,11	0,41	135.016,41	0,16
<b>(=) Valor adicionado a distribuir</b>	<b>49.203.204,39</b>	<b>46,61</b>	<b>41.639.500,48</b>	<b>50,41</b>
<b>Pessoal</b>	<b>14.267.829,78</b>	<b>13,52</b>	<b>12.931.792,42</b>	<b>15,66</b>
Remunerações	11.947.445,57	11,32	10.992.570,50	13,31
Encargos sociais (exceto INSS)	1.080.513,72	1,02	774.773,39	0,94
Assistência médica	619.353,44	0,59	542.150,51	0,66
Alimentação	114.680,01	0,11	116.560,30	0,14
Participação nos resultados	505.837,04	0,48	505.737,72	0,61
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>19.182.464,45</b>	<b>18,17</b>	<b>16.892.729,60</b>	<b>20,45</b>
Federais	7.225.589,54	6,84	6.573.516,26	7,96
Estaduais	11.950.175,81	11,32	10.311.361,55	12,48
Municipais	6.699,10	0,01	7.851,79	0,01
<b>Financiadores</b>	<b>1.221.962,96</b>	<b>1,16</b>	<b>723.096,71</b>	<b>0,88</b>
Despesas financeiras	1.096.187,55	1,04	601.183,81	0,73
Aluguéis	125.775,41	0,12	121.912,90	0,15
<b>Associados</b>	<b>14.530.947,20</b>	<b>13,76</b>	<b>11.091.881,75</b>	<b>13,43</b>
<b>Sobras retidas</b>	<b>14.530.947,20</b>		<b>11.091.881,75</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

  
Diamantino Marques dos Santos  
Presidente  
CPF 180.638.450-72

  
Dilceu Everling  
Contador CRC/RS 075439/0-4  
CPF 511.688.470-87



## NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Nota 01 – Contexto operacional

A Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Cermissões é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Caibaté, estado do Rio Grande do Sul, e tem como principal objetivo o desenvolvimento socioeconômico, através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesses de seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como atividades preponderantes a distribuição, geração de energia elétrica e a prestação de serviços aos seus 29.987 cooperados em 26 municípios da região das Missões, área que concentra grande parte da produção agrícola do Estado.

### Nota 02 – Contratos de permissão

O contrato de permissão de serviço público de distribuição de energia elétrica, firmado entre a Cooperativa e a Agência Nacional de Energia Elétrica, em 31 de março de 2010, terá o prazo de permissão de até 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) anos, a juízo do poder concedente.

### Nota 03 – Apresentação das demonstrações contábeis

A escrituração e as demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das práticas contábeis constantes na Lei das Sociedades Anônimas, com as alterações oriundas nas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, bem como, dos pronunciamentos técnicos elaborados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e basearam-se nos fatos econômicos identificados na documentação, informações e declarações fornecidas pela administração da Cooperativa.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais (R\$) e foram aprovadas pelos Conselhos de Administração e Fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às empresas de grande porte, considerando ainda os aspectos específicos da Lei 5764/71 que rege o Sistema Cooperativo, a NBC 10.8 do Conselho Federal de Contabilidade, em relação à utilização da nomenclatura de ingressos e dispêndios para representar as operações com os cooperados, específica para as sociedades Cooperativas.

Os procedimentos observados contemplam ainda aqueles definidos pela Aneel e apresentados no MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 que entrou em vigor em janeiro de 2015, para a elaboração das demonstrações contábeis do exercício. Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação aqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2017.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativa e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

### Nota 04 – Alterações em práticas contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/07 e 11.941/09 que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade. A partir do exercício de 2011, a Cooperativa passou a registrar na contabilidade societária, as receitas e custos de construção, conforme está previsto no ICPC 01- Contratos de Concessão. Em termos de contabilidade regulatória, atendeu o que está previsto na RN Aneel nº 396/10.

### Nota 05 – Sumário das principais práticas contábeis

a) **Caixa e equivalentes de caixa** - os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores há 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos.

b) **Consumidores** - os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos,

assim como por mudanças na situação financeira dos clientes. Ainda em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa, a mesma foi constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme estabelece a Instrução Contábil nº 6.3.2. do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço. O valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

c) **Estoques** - os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Referem-se a materiais destinados à manutenção dos equipamentos e das redes de distribuição, os materiais destinados à construção são classificados como intangível em curso, conforme determina a Resolução do CFC nº 1.303/10 - Ativo Intangível, combinado com a RN Aneel 396/10. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

d) **Não circulante** - os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os doze meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

e) **Intangível - O ICPC 01** – o contrato de concessão define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões quando atendidas determinadas condições. O impacto nas demonstrações contábeis foi à transferência dos saldos do ativo imobilizado e de obrigações especiais para o ativo intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da permissão), e/ou eventual registro de um ativo financeiro, representando o direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa.

O Intangível está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos das atualizações monetárias até 1995) e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são amortizados pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Resolução Aneel nº 674/2015.

Os encargos de amortização, correspondentes à parcela de reavaliação do intangível, são registrados diretamente nas contas de despesas, sendo procedida a realização da reserva de reavaliação diretamente para a conta sobras ou perdas do exercício.

Parte da amortização registrada na despesa é transferida para a respectiva conta redutora das Obrigações Especiais, observando o critério de proporcionalidade entre o total do intangível e o montante constituído mediante participação de terceiros.

f) **Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment** - a administração da Cooperativa analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados. No ano de 2018 o entendimento da administração da Cooperativa é de que não há evidencia de ativos cujos valores não serão recuperados.

g) **Despesas deduzidas do Rates - Reserva de assistência técnica, educacional e social** - conforme determina o artigo 57 do Estatuto Social, as despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas durante o exercício foram registradas a débito desta reserva, no montante de R\$ 1.220.361,81 (um milhão, duzentos e vinte mil, trezentos e sessenta e um reais e oitenta e um centavos).

h) **Benefícios a empregados** - os pagamentos de benefícios tais como salários, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

i) **Valor presente de ativos e passivos de longo prazo** - os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

j) **Receitas e despesas** - a Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. A receita com fornecimento de energia elétrica é registrada com base na data de emissão das faturas e estimativa de energia fornecida e não faturada até 31 de dezembro de 2018.

k) **Resultado das operações com ato não cooperativo** - o resultado das operações com ato não cooperativo, estão contabilizados destacadamente, de modo que permita a apuração do resultado em separado para cálculo e incidência de tributos.

l) **Obrigações especiais** - as obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de municípios, de estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a permissionária, conforme previsto na Instrução Contábil nº 6.3.23 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Inclui também os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Pesquisa e Eficiência Energética – PEE. Em atendimento à previsão do MCSE, para

fins de elaboração do balanço patrimonial, os saldos das contas deste grupo eram apresentados como conta redutora do ativo intangível e a partir do ano de 2016, passou a compor o passivo não circulante conforme MCSE vigente.

m) **Provisões e passivos contingentes** - os passivos contingentes são provisionados contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis, com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Parte dos passivos contingentes classificados como perdas possíveis também são reconhecidos contabilmente, por conservadorismo da gestão, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

n) **Receita não faturada** - corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição, não faturada, decorrentes das diferentes datas de leitura. As mesmas são calculadas com base estimada para o período compreendido entre a data da última medição mensal e o último dia do mês.

o) **Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética** – a Cooperativa está isenta da participação do programa P&D, após a edição da Lei 13.280 de 3/05/2016 que altera o Art. 1º da Lei 9.991 de 24/07/2000 onde § 2º exclui aplicações do programa pesquisa e desenvolvimento (P&D) de eficiência energética (PEE) às Cooperativas permissionárias com mercado inferior a 500 GWh.

p) **Conta de Desenvolvimento Energético – CDE** - através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no artigo 13 foi criada a Conta de Desenvolvimento Energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, e promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo seus recursos observar as vinculações e limites previstos em lei. Este encargo na forma de Lei 12.783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

q) **Reconhecimento de ativos e passivos nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das distribuidoras de energia elétrica emitidos em acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade** – a Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, através da Superintendência Econômica e Financeira emitiu os despachos nº 4621 de 25/11/2014 e nº 4786 de 11/12/2014, que prevê adequação nos contratos de permissão e concessão, de forma a possibilitar o reconhecimento na contabilidade societária de ativos e passivos, que até então, em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, não podiam ser reconhecidos.

Em complemento foi emitida pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis a OCPC 08 – “Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade”, que prevê que as empresas de distribuição de energia elétrica poderão reconhecer na contabilidade societária, os ativos e passivos regulatórios, atualmente refletidos apenas na contabilidade regulatória.

A condição para adoção da norma pelas distribuidoras de energia elétrica é a celebração de termo de aditivo aos contratos de concessão e permissão, mediante a inclusão de cláusula específica. O referido aditivo foi assinado pela Cermissões em primeiro de dezembro de 2015 e encaminhado para a Agência Nacional de Energia Elétrica à Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição, conforme instruções constantes no Ofício Circular nº 0006/2015-SCT/Aneel.

#### Nota 06 – Caixa e equivalentes de caixa

A composição das contas caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	2018	2017
Caixa	34.022,94	49.606,12
Contas bancárias a vista	119.111,64	267.485,63
Aplicações financeiras de liquidez imediata	262.777,00	191.055,70
Numerário em trânsito	205.764,02	82.769,83
<b>Totais de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>621.675,60</b>	<b>590.917,28</b>

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 90% do Certificado de Depósito Bancário (CDB).

**Nota 07 – Consumidores**

A composição das contas a receber de consumidores é a que segue:

DESCRIBÇÃO	VALORES CORRENTES							TOTAL 2018	TOTAL 2017
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
<b>Fornecimento de energia</b>	<b>9.823.788,17</b>	<b>164.369,11</b>	<b>13.821,32</b>	<b>9.286,78</b>	<b>15.985,09</b>	<b>20.403,36</b>	<b>(34.438,95)</b>	<b>10.013.214,88</b>	<b>9.876.998,44</b>
Residencial baixa renda	97.416,72	2.806,26	699,43	1.171,33	903,58	743,23	-	103.740,55	106.335,21
Residencial	1.272.809,43	25.099,57	2.790,91	3.913,91	6.161,47	4.766,31	(17.659,83)	1.297.881,77	1.316.356,83
Industrial	264.079,81	-	-	-	-	-	-	264.079,81	249.624,30
Comercial	1.038.553,38	24.717,11	1.332,80	452,50	1.885,30	6.899,43	(8.784,73)	1.065.055,79	1.096.629,73
Rural	3.980.536,88	80.326,91	7.068,44	3.749,04	6.677,06	7.994,39	(7.994,39)	4.078.358,33	3.922.611,42
Poderes públicos	210.646,99	6.377,73	1.929,74	-	357,68	-	-	219.312,14	221.972,31
Iluminação pública	180.015,70	25.041,53	-	-	-	-	-	205.057,23	206.999,93
Serviço público	54.168,98	-	-	-	-	-	-	54.168,98	64.059,78
Fornecimento não faturado	2.725.560,28	-	-	-	-	-	-	2.725.560,28	2.692.408,93
<b>Outros créditos de energia</b>	<b>109.454,74</b>	<b>1.511,05</b>	<b>86,98</b>	<b>213,37</b>	<b>313,06</b>	<b>237,57</b>	<b>(1.615,74)</b>	<b>110.201,03</b>	<b>191.807,54</b>
Serviço taxado	14.206,89	1.511,05	86,98	213,37	313,06	237,57	(534,41)	16.034,51	14.871,51
Parcelamento de energia	95.286,92	-	-	-	-	-	(1.081,33)	94.205,59	108.371,99
Rendas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	68.780,54
(-) Arrecadação proc. classificação	(39,07)	-	-	-	-	-	-	(39,07)	(216,50)
<b>Totais</b>	<b>9.933.242,91</b>	<b>165.880,16</b>	<b>13.908,30</b>	<b>9.500,15</b>	<b>16.298,15</b>	<b>20.640,93</b>	<b>(36.054,69)</b>	<b>10.123.415,91</b>	<b>10.068.805,98</b>

Os valores a receber são provenientes, principalmente do fornecimento de energia elétrica aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante.

**Nota 08 – Estoques**

A composição dos estoques é como segue:

Estoque	2018	2017
Almoxarifado para manutenção, uso ou consumo	412.754,11	188.246,05
Almoxarifado de resíduos e sucatas	131.925,44	110.395,69
<b>Total</b>	<b>544.679,55</b>	<b>298.641,74</b>

**Nota 9 – Ativos financeiros setoriais**

A diferença entre os valores apurados na contabilidade societária e regulatória refere-se à constituição e registro da neutralidade dos encargos setoriais (parcela "A") – denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos, em relação ao mercado verificado (em curso), e a constituição de componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário, além dos componentes financeiros reconhecidos na primeira revisão tarifária.

	2018	2017
Neutralidade da parcela "A" – em curso	195.100,48	104.744,72
Neutralidade da parcela "A" – reconhecida	85.578,18	-
Componentes financeiros – em curso	1.008.708,03	448.160,79
Componentes financeiros - reconhecidos	550.956,53	411.833,81
Neutralidade da parcela "A" – pedido de reconsideração	-	151.459,18
Ajuste subsidio CDE - em curso	-	64.076,80
Ajuste subsidio CDE - reconhecida	515.691,78	-
<b>Total</b>	<b>2.356.035,00</b>	<b>1.180.275,30</b>

**Nota 10 – Outros ativos circulantes**

A composição da conta outros ativos circulantes é como segue:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Adiantamentos a empregados - férias	135.215,87	87.383,98
Rendas a receber	77.037,60	-
Associados e terceiros devedores c/ mercadorias e serviços	35.187,08	22.593,51
Adiantamento Proinfra	77.869,17	69.882,11
Cheques em cobrança - sede	234,93	-
Contas a receber Eletrobrás - CDE	2.938.726,18	1.163.415,63
Eletrobrás - repasse baixa renda	70.867,97	63.213,74
Eletrobrás - resolução 488	18.241,50	4.704,59
Seguros antecipados	42.738,01	33.664,27
Outras despesas antecipadas	38.498,03	43.910,40
Desativações em curso	145.034,50	245.541,35
Alienações em curso	322.803,41	357.256,09
Serviço próprio	206.340,86	5.871,71
<b>Total</b>	<b>4.108.795,11</b>	<b>2.097.437,38</b>

**Nota 11 – Outros ativos não circulantes**

A composição dos outros ativos não circulantes é como segue:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Cauções e depósitos vinculados	32.722,24	2.600,00
Despesas pagas antecipadamente	35.426,43	44.930,50
ICMS a recuperar – ativo imobilizado	1.222.226,91	1.467.775,68
Ativo financeiro indenizável	13.820.884,26	7.179.256,18
<b>Total</b>	<b>15.111.259,84</b>	<b>8.694.562,36</b>

- a) Cauções e depósitos vinculados - refere-se a depósito judicial conforme proposta de honorários de perito do processo civil 150/1.150000304-9;
- b) despesas pagas antecipadamente - são pagamentos de seguros de veículos e licença de uso de software;
- c) ICMS a recuperar – ativo imobilizado - os valores registrados como ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens para o Ativo Intangível (denominado imobilizado até ano 2010) instituído pela Lei Complementar nº 87/96, que serão recuperados mensalmente na razão 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102, de 11/07/2000;
- d) ativo financeiro indenizável - tais ativos correspondem à parcela dos bens e instalações, que em função de sua vida útil e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão o valor dos mesmos será objeto de indenização.

**Nota 12 – Investimentos**

A composição dos investimentos é como segue:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Fecoergs	607,77	607,77
Sicredi União RS	146.324,74	132.230,39
Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural Coprel Ltda	100,00	100,00
Cresol - Cooperativa Central de Crédito Rural com Integração Solidária - CL	2.549,00	2.465,00
Cresol - Cooperativa Central de Crédito Rural com Integração Solidária - PX	5.233,00	3.030,00
<b>Total</b>	<b>154.814,51</b>	<b>138.433,16</b>

**Nota 13 – Intangível**

a) Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da Aneel.

A Resolução nº 20/1999 da Aneel, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens da concessão do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Foram utilizadas as taxas anuais constantes da Resolução Aneel nº 674/2015, resultando num encargo de amortização no valor de R\$ 5.642.848,84.

A composição do Intangível em serviço e em curso é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor bruto em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transferencias (c)	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas (a)-(b)+(c)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Geração</b>	<b>8.093.452,60</b>	<b>3.524,44</b>	<b>(2.844,21)</b>	<b>635,94</b>	<b>8.094.768,77</b>	<b>1.316,17</b>	<b>(2.765.776,38)</b>	<b>5.328.992,39</b>	<b>5.594.882,67</b>	-	-	-
Terrenos	143.414,80	-	-	-	143.414,80	-	-	143.414,80	143.414,80	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	3.328.424,06	-	-	-	3.328.424,06	-	(1.345.431,70)	1.982.992,36	2.059.381,19	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.046.094,60	-	-	-	1.046.094,60	-	(431.573,31)	614.521,29	640.014,98	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5.203.380,65	3.524,32	(2.844,12)	635,94	5.204.696,79	1.316,14	(980.892,59)	4.223.804,20	4.387.719,92	-	-	-
Móveis e utensílios	7.950,50	-	-	-	7.950,50	-	(7.878,78)	71,72	163,79	-	-	-
Transferência p/ ativo financ. indenizável	(1.635.812,01)	0,12	(0,09)	-	(1.635.811,98)	0,03	-	(1.635.811,98)	(1.635.812,01)	-	-	-
<b>Distribuição</b>	<b>121.358.141,00</b>	<b>12.384.653,47</b>	<b>(5.253.228,67)</b>	<b>48.432,13</b>	<b>128.537.997,93</b>	<b>7.179.856,93</b>	<b>(45.507.508,42)</b>	<b>83.030.489,51</b>	<b>78.925.739,51</b>	<b>11.743.688,70</b>	<b>2.381.012,14</b>	<b>9.362.676,56</b>
Software	802.061,34	663.805,65	(592.501,89)	-	873.365,10	71.303,76	(152.383,82)	720.981,28	245.555,36	-	-	-
Terrenos	92.706,66	-	-	-	92.706,66	-	-	92.706,66	92.706,66	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	446.209,66	-	-	-	446.209,66	-	(334.833,77)	111.375,89	126.234,66	-	-	-
Máquinas e equipamentos	120.728.367,44	11.083.106,58	(2.413.639,47)	1.129.067,10	130.526.901,65	9.798.534,21	(43.700.117,66)	86.826.783,99	81.243.578,53	11.743.688,70	2.381.012,14	9.362.676,56
Veículos	3.608.017,75	632.341,17	(439.068,62)	(1.080.634,97)	2.720.655,33	(887.362,42)	(1.234.340,67)	1.486.314,66	1.622.289,52	-	-	-
Móveis e utensílios	124.023,95	5.400,07	(4.692,54)	-	124.731,48	707,53	(85.832,50)	38.898,98	38.620,58	-	-	-
Transferência p/ ativo financ. indenizável	(4.443.245,80)	-	(1.803.326,15)	-	(6.246.571,95)	(1.803.326,15)	-	(6.246.571,95)	(4.443.245,80)	-	-	-
<b>Sistema de Transmissão associado</b>	<b>4.440.127,89</b>	<b>15.590.700,82</b>	<b>(4.837.457,27)</b>	<b>-</b>	<b>15.193.371,44</b>	<b>10.753.243,55</b>	<b>(930.129,44)</b>	<b>14.263.242,00</b>	<b>3.834.835,44</b>	-	-	-
Servidões	-	294.976,46	-	-	294.976,46	294.976,46	-	294.976,46	-	-	-	-
Software	-	55.514,32	-	-	55.514,32	55.514,32	(2.806,55)	52.707,77	-	-	-	-
Terrenos	97.860,60	-	-	-	97.860,60	-	-	97.860,60	97.860,60	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	591.944,57	1.006.953,86	-	-	1.598.898,43	1.006.953,86	(92.250,99)	1.506.647,44	527.881,37	-	-	-
Máquinas e equipamentos	4.583.939,35	14.233.256,17	-	-	18.817.195,52	14.233.256,17	(834.746,47)	17.982.449,05	4.042.958,66	-	-	-
Móveis e utensílios	1.230,00	-	-	-	1.230,00	-	(325,43)	904,57	981,44	-	-	-
Transferência p/ ativo financ. indenizável	(834.846,63)	0,01	(4.837.457,27)	-	(5.672.303,89)	(4.837.457,26)	-	(5.672.303,89)	(834.846,63)	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>3.237.459,16</b>	<b>187.042,81</b>	<b>(260.637,91)</b>	<b>(49.068,07)</b>	<b>3.114.795,99</b>	<b>(122.663,17)</b>	<b>(2.175.356,17)</b>	<b>939.439,82</b>	<b>1.096.996,15</b>	-	-	-
Software	337.452,71	-	-	-	337.452,71	-	(307.460,84)	29.991,87	58.173,85	-	-	-
Terrenos	251.296,68	-	-	-	251.296,68	-	-	251.296,68	251.296,68	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.627.688,09	-	-	-	1.627.688,09	-	(1.243.974,72)	383.713,37	437.915,37	-	-	-
Máquinas e equipamentos	799.214,74	44.222,92	(61.833,99)	6.331,93	787.935,60	(11.279,14)	(443.668,02)	344.267,58	366.338,73	-	-	-
Veículos	396.009,35	142.819,83	(196.765,56)	(55.400,00)	286.663,62	(109.345,73)	(106.046,14)	180.617,48	229.738,36	-	-	-
Móveis e utensílios	91.149,33	-	(1.193,60)	-	89.955,73	(1.193,60)	(74.206,45)	15.749,28	18.884,90	-	-	-
Transferência p/ ativo financ. indenizável	(265.351,74)	0,06	(844,76)	-	(266.196,44)	(844,70)	-	(266.196,44)	(265.351,74)	-	-	-
<b>Total ativo imobilizado em serviço</b>	<b>137.129.180,65</b>	<b>28.165.921,54</b>	<b>(10.354.168,06)</b>	<b>-</b>	<b>154.940.934,13</b>	<b>17.811.753,48</b>	<b>(51.378.770,41)</b>	<b>103.562.163,72</b>	<b>89.452.453,77</b>	<b>11.743.688,70</b>	<b>2.381.012,14</b>	<b>9.362.676,56</b>

Ativo Imobilizado em Curso	Valor bruto em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas (a)-(b)+(c)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Geração</b>	<b>162.000,00</b>	<b>38.774,32</b>	<b>(43.274,32)</b>	-	<b>157.500,00</b>	<b>(4.500,00)</b>	-	<b>157.500,00</b>	<b>162.000,00</b>	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	3.524,32	(3.524,32)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudos e Projetos	-	6.500,00	-	-	6.500,00	6.500,00	-	6.500,00	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	162.000,00	28.750,00	(39.750,00)	-	151.000,00	(11.000,00)	-	151.000,00	162.000,00	-	-	-
<b>Distribuição</b>	<b>5.711.431,54</b>	<b>27.993.903,00</b>	<b>(26.723.471,54)</b>	-	<b>6.981.863,00</b>	<b>1.270.431,46</b>	-	<b>6.981.863,00</b>	<b>5.711.431,54</b>	<b>188.638,94</b>	-	<b>188.638,94</b>
Máquinas e equipamentos	2.752.476,36	11.824.777,28	(10.845.131,41)	-	3.732.122,23	979.645,87	-	3.732.122,23	2.752.476,36	188.638,94	-	188.638,94
Móveis e utensílios	-	5.400,07	(5.400,07)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	34.464,97	1.372.539,77	(994.702,29)	-	412.302,45	377.837,48	-	412.302,45	34.464,97	-	-	-
Outros	-	1.327.611,30	(1.327.611,30)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, fabric. e reparo de materiais	147.323,72	730.000,16	(769.945,59)	-	107.378,29	(39.945,43)	-	107.378,29	147.323,72	-	-	-
Compras em andamento	-	5.473.575,70	(5.473.575,70)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material em depósito	2.566.952,44	7.172.696,68	(7.168.157,09)	-	2.571.492,03	4.539,59	-	2.571.492,03	2.566.952,44	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	210.214,05	87.302,04	(138.948,09)	-	158.568,00	(51.646,05)	-	158.568,00	210.214,05	-	-	-
<b>Sistema de transmissão associado</b>	<b>13.666.955,51</b>	<b>12.253.072,42</b>	<b>(25.920.027,93)</b>	-	-	<b>(13.666.955,51)</b>	-	-	<b>13.666.955,51</b>	-	-	-
Software	-	55.514,32	(55.514,32)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	275.984,84	49.113,86	(325.098,70)	-	-	(275.984,84)	-	-	275.984,84	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	147.293,49	859.660,37	(1.006.953,86)	-	-	(147.293,49)	-	-	147.293,49	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5.066.312,52	9.728.363,09	(14.794.675,61)	-	-	(5.066.312,52)	-	-	5.066.312,52	-	-	-
A ratear	7.126.040,38	1.468.229,50	(8.594.269,88)	-	-	(7.126.040,38)	-	-	7.126.040,38	-	-	-
Desenvolvimento de projetos	1.005.593,28	-	(1.005.593,28)	-	-	(1.005.593,28)	-	-	1.005.593,28	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	45.731,00	92.191,28	(137.922,28)	-	-	(45.731,00)	-	-	45.731,00	-	-	-
<b>Administração</b>	-	<b>214.747,59</b>	<b>(211.747,59)</b>	-	<b>3.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	-	<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	44.222,92	(44.222,92)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compras em andamento	-	21.641,12	(21.641,12)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	6.063,72	(3.063,72)	-	3.000,00	3.000,00	-	3.000,00	-	-	-	-
Veículos	-	142.819,83	(142.819,83)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total ativo imobilizado em curso</b>	<b>19.540.387,05</b>	<b>40.500.497,33</b>	<b>(52.898.521,38)</b>	-	<b>7.142.363,00</b>	<b>(12.398.024,05)</b>	-	<b>7.142.363,00</b>	<b>19.540.387,05</b>	<b>188.638,94</b>	-	<b>188.638,94</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>156.669.567,70</b>	<b>68.666.418,87</b>	<b>(63.252.689,44)</b>	-	<b>162.083.297,13</b>	<b>5.413.729,43</b>	<b>(51.378.770,41)</b>	<b>110.704.526,72</b>	<b>108.992.840,82</b>	<b>11.932.327,64</b>	<b>2.381.012,14</b>	<b>9.551.315,50</b>

## b) Obrigações especiais

As obrigações especiais vinculadas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão/permissão. As obrigações especiais que no ano de 2015 eram apresentadas como redutoras do ativo intangível a partir do ano de 2016 passam a compor o passivo não circulante em atendimento a nova versão do MCSE. A amortização é calculada com base na taxa média de depreciação dos ativos correspondentes e foi realizada pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pela Resolução Aneel n° 367/2009, substituída pela Resolução Normativa n° 674/2015.



c) Redução ao valor recuperável – *Impairment*

A administração da Cooperativa revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o intangível (denominado imobilizado até o ano de 2010) a ser mantido e utilizado nas operações de distribuição e geração de energia elétrica, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

A administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da permissão de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das permissões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Diante dessas premissas, a Cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para recuperação de ativos.

**Nota 14 – Fornecedores**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Encargos de uso da rede elétrica	183.918,39	-
Suprimento de energia elétrica – Rio Grande Energia - RGE	6.699.612,22	2.986.076,88
Materiais e serviços	847.886,72	3.965.861,21
<b>Total</b>	<b>7.731.417,33</b>	<b>6.951.938,09</b>

**Nota 15 – Tributos**

Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes da aquisição de ativo intangíveis (denominado imobilizado até ano 2010) instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102/2000.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>1.029.196,33</b>	<b>950.104,72</b>
IRPJ pago por estimativa	82.746,52	31.495,43
CSLL pago por estimativa	28.982,22	11.438,29
ICMS a recuperar	917.467,59	907.171,00
<b>Ativo não circulante</b>	<b>1.222.226,91</b>	<b>1.467.775,68</b>
ICMS a recuperar	1.222.226,91	1.467.775,68
<b>Passivo circulante</b>	<b>915.154,51</b>	<b>1.404.495,60</b>
ICMS a recolher	228.884,85	352.728,15
INSS	347.708,72	299.913,89
INSS – retidos autônomos	3.959,11	4.029,06
FGTS	111.537,37	97.017,90
Cofins a recolher	13.674,01	62.511,46
Imposto de renda retido na fonte	150.462,01	86.225,59
CSLL/PIS/Cofins retidos na fonte	9.509,65	20.137,60
IRF sobre serviços – PJ	3.031,89	6.410,82
PIS sobre folha de pagamento a recolher	13.592,81	15.732,55
PIS faturamento a recolher	2.962,76	13.544,27
ISS a recolher	1.609,50	81.255,30
IRF sem vínculo empregatício	24.143,55	876,65
Retenção para prev. social – PJ	2.360,68	361.850,95
IRF sobre juros Eletrobrás	1.717,60	2.261,41

**Nota 16 – Empréstimos e financiamentos**

A composição de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro é como segue:

Órgão Financiador	Taxa juros ao ano	2018			2017		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sicredi União RS	31,37%	0,01	-	0,01	249.000,01	-	249.000,01
Sicredi União RS	41,75%	600.000,00	-	600.000,00	990.000,01	-	990.000,01
Sicredi União RS	31,37%	800.000,00	-	800.000,00	-	-	-
Eletrobrás	5%	457.340,88	1.222.151,13	1.679.492,01	517.880,31	1.696.898,30	2.214.778,61
<b>Total</b>		<b>1.857.340,89</b>	<b>1.222.151,13</b>	<b>3.079.492,02</b>	<b>1.756.880,33</b>	<b>1.696.898,30</b>	<b>3.453.778,63</b>

- a) Taxas de juros - os empréstimos e financiamentos de curto prazo (passivo circulante) têm taxas médias de juros de 36,56% e 5% ao ano, respectivamente.
- b) Vencimento das parcelas de longo prazo - as parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos têm vencimentos nos anos seguintes:

Ano	Em R\$	Em %
2020	446.010,46	36,49
2021	423.349,32	34,64
2022	352.791,35	28,87
<b>TOTAL</b>	<b>1.222.151,13</b>	<b>100,00</b>

- c) Garantias - a garantia é representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

**Nota 17 – Participação nos resultados**

Em 2018, a Cermissões continuou com o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. Para o ano de 2018 foi apropriado o montante de R\$ 490.135,17 (quatrocentos e noventa mil, cento e trinta e cinco reais e dezessete centavos).

**Nota 18 - Obrigações estimadas**

A composição desta conta é como segue:

	2018	2017
Provisão de férias	1.202.354,82	1.130.396,99
INSS sobre férias	328.242,77	308.598,32
FGTS sobre férias	96.072,49	90.167,92
PIS sobre férias	12.023,53	11.303,99
<b>Total</b>	<b>1.638.693,61</b>	<b>1.540.467,22</b>

**Nota 19 - Obrigações regulatórias**

A composição desta conta é como segue:

	2018	2017
Programa de eficiência energética - PEE	271.120,57	271.120,57
Conta de desenvolvimento energético - CDE	341.988,87	246.725,78
Adicional bandeiras tarifárias	378.762,37	808.189,06
Demais passivos regulatórios	305.678,32	867.989,05
<b>Total</b>	<b>1.297.550,13</b>	<b>2.194.024,46</b>

**Nota 20 - Contingências cíveis e trabalhistas**

Os saldos das provisões decorrem de análise do andamento de cada processo, realizado por assessoria jurídica que representa a Cermissões nos mesmos.

- a) Contingências cíveis - foram constituídas provisões para contingências cíveis, no valor de R\$ 523.440,71 para suportar eventuais perdas em processos de caráter indenizatório, considerando os prognósticos da assessoria jurídica;
- b) contingências trabalhistas – não foram constituídas provisões para contingências trabalhistas;
- c) contingências fiscais - foram constituídas provisões para contingências fiscais, no valor de R\$ 209.568,96 para suportar eventuais perdas em processos apresentados pelo Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria da Fazenda, considerando os prognósticos da assessoria jurídica da Cermissões.

**Nota 21 – Outros passivos circulantes**

A composição desta conta é como segue:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Contribuição sindical a recolher	-	33,33
Consignações	40.694,78	42.512,97
Convênios	19.808,85	20.938,74
Custeio de iluminação pública	83.331,08	74.740,71
Contribuição iluminação pública	1.348,44	410,22
Desconto judicial	4.334,35	510,62
Recebimento de energia elétrica a identificar	83,62	30,92
Energia elétrica recebida em duplicidade	5.876,48	5.550,62
Outros débitos fatura energia	19.111,82	6.680,73
Devolução recebimento a maior	52,73	-
Eletróbrás – Bônus Itaipu	1.990,41	2.022,85
Outras contas a pagar	-	2,21
Telefônica Brasil SA	-	12.682,52
Sistema Mig	300.000,00	-
Devolução de multas	6.051,43	67.545,68
Rio Grande Energia	-	2.029.239,03
Microgeração	63.235,99	1.606,79
<b>Total</b>	<b>545.919,98</b>	<b>2.264.507,94</b>

**Nota 22 - Patrimônio líquido**

## a) Capital social

O capital social da Cooperativa, no valor de R\$ 7.276.004,71 (sete milhões, duzentos e setenta e seis mil, quatro reais e setenta e um centavos) é formado por cotas partes referente a 29.987 associados (R\$ 7.271.086,72 em 2017).

## b) Reservas de capital

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Reserva de equalização	8.444.327,40	8.444.327,40
Doações e subvenções para investimentos	2.928.339,75	2.928.339,75
<b>Total</b>	<b>11.372.667,15</b>	<b>11.372.667,15</b>

## c) Reservas de sobras

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Reserva legal	50.516.217,74	39.286.099,71
Rates - Reserva de assistência técnica educacional e social	12.655.770,39	11.978.992,39
Reserva de expansão e manutenção	23.422.206,96	15.561.124,34
Reserva para investimentos	4.360.362,20	7.398.255,47
<b>Total</b>	<b>90.954.557,29</b>	<b>74.224.471,91</b>

## d) Natureza e finalidade das reservas

Reserva legal - é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. De acordo com o Art. 55 do estatuto social da Cooperativa das sobras líquidas do exercício serão deduzidos 50% para a constituição da reserva legal, além de eventuais destinações a critério da assembleia geral. Destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

Reserva de assistência técnica, educacional e social - também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos cooperados, seus dependentes e seus próprios colaboradores. Sua constituição é estabelecida pela Lei nº 5.764/1971.

O resultado positivo apurado com o ato não cooperativo foi de R\$ 774.128,01 (setecentos e setenta e quatro mil, cento e vinte e oito reais e um centavos), o qual foi transferido para o Rates, conforme prevê a legislação cooperativista.

## e) Sobras à disposição da assembleia geral ordinária

<b>Demonstração</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Resultado do exercício abrangente	23.234.364,07	15.101.737,55
Destinações:		
Reserva legal	11.230.118,03	7.267.270,31
Reserva de assistência técnica educacional e social	1.897.139,81	3.474.105,04
Fundo de expansão e manutenção	7.861.082,62	-
<b>Sobras à disposição da assembleia geral ordinária</b>	<b>2.246.023,61</b>	<b>4.360.362,20</b>

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da assembleia geral ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

**Nota 23 - Ingressos/receitas operacionais**

Apresentamos a seguir a demonstração da receita líquida do exercício:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receita bruta</b>	<b>105.565.933,42</b>	<b>82.597.333,26</b>
Fornecimento de energia elétrica	69.158.698,41	59.557.909,65
Doações, contribuições e subv. econômica	23.529.753,38	9.669.440,14
Receita de construção	12.473.844,23	13.026.139,59
Outras receitas	403.637,40	343.843,88
<b>Tributos sobre a receita</b>	<b>13.244.657,53</b>	<b>11.422.010,75</b>
ICMS	11.950.175,81	10.311.361,55
Cofins	1.058.451,44	906.409,67
PIS	229.331,18	196.387,74
ISSQN	6.699,10	7.851,79
<b>Encargos do consumidor</b>	<b>5.937.806,92</b>	<b>5.470.718,85</b>
Conta de desenvolvimento energético - CDE	3.437.024,81	3.125.818,78
Taxa de fiscalização - TFSE	180.339,85	147.566,95
Outros	2.320.442,26	2.197.333,12
<b>Total dos tributos sobre a receita e dos encargos do consumidor</b>	<b>19.182.464,45</b>	<b>16.892.729,60</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>86.383.468,97</b>	<b>65.704.603,66</b>

## a) Composição de outras receitas

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Serviços taxados	106.705,28	81.929,88
Arrendamento e aluguéis de postes	267.526,84	243.372,06
Arrendamentos e aluguéis de imóveis	11.964,01	11.950,20
Recuperação de despesas	17.006,27	6.591,74
Outros ingressos	435,00	-
<b>Total</b>	<b>403.637,40</b>	<b>343.843,88</b>

## b) Receitas e custos de construção

Conforme determina a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que devem ser registrados como custo. Em contrapartida, registramos também a receita correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

**Nota 24 - Dispêndios/custos/despesas operacionais**

As naturezas de gastos que compõem esta conta são:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Dispêndios/custos de operação</b>	<b>21.098.163,22</b>	<b>19.141.439,07</b>
Pessoal	10.052.421,79	9.339.860,50
Material	1.498.205,08	1.318.195,79
Serviços de terceiros	838.278,36	697.294,00
Arrendamentos e aluguéis	118.068,71	115.575,77
Seguros	33.240,31	23.799,26
Doações e contribuições	104.279,00	96.444,00
Provisões	208.834,32	(6.854,02)
Tributos	2.382.927,01	90.835,33
(-) Recuperação de despesas	(162.679,48)	(6.374,24)
Amortização/depreciação	5.415.203,93	4.908.781,62
Outros	609.384,19	2.563.881,06
<b>Dispêndios/despesas gerais e administrativas</b>	<b>6.450.193,13</b>	<b>6.014.807,19</b>
Pessoal	3.144.132,33	2.693.743,97
Administradores	956.595,45	898.187,95
Material	455.683,56	293.995,02
Serviços de terceiros	988.556,57	944.564,52
Arrendamentos e aluguéis	7.706,70	6.337,13
Seguros	14.373,05	10.801,28
Tributos	216.941,53	49.484,05
Doações e contribuições	75.160,37	75.844,71
Provisões	77.148,40	434.292,31
(-) Recuperação de despesas	(272.336,75)	(199.454,10)
Amortização/depreciação	227.644,91	215.437,67
Outros	558.587,01	591.572,68

**Nota 25 - Instrumentos financeiros**

a) Considerações gerais e gerenciamento de riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

- I) Caixa e equivalentes de caixa apresentados na nota 06;
- II) consumidores apresentados na nota 07;
- III) empréstimos e financiamentos apresentados na nota 16.

b) Valor justo

	<b>2018</b>		<b>2017</b>	
	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Mercado</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Mercado</b>
Instrumentos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	621.675,60	621.675,60	590.917,28	590.917,28
Consumidores	10.123.415,91	10.123.415,91	10.068.805,98	10.068.805,98
Empréstimos e financiamentos	3.079.492,02	3.079.492,02	3.453.778,63	3.453.778,63

## c) Classificação dos instrumentos financeiros

31/12/2018	Mantidos p/ negociação	Mantidos até vencimento	Destinados à venda	Empréstimos e financiamentos	Total
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalência de caixa	-	621.675,60	-	-	<b>621.675,60</b>
Consumidores	-	10.123.415,91	-	-	<b>10.123.415,91</b>
<b>Total</b>	-	<b>10.745.091,51</b>	-	-	<b>10.745.091,51</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	3.079.492,02	<b>3.079.492,02</b>
<b>Total</b>	-	-	-	<b>3.079.492,02</b>	<b>3.079.492,02</b>

## d) Fatores de risco que podem afetar os negócios:

I) risco de taxas de juros - esse risco é oriundo da possibilidade de a Cooperativa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Cooperativa adota a política de contratação de taxas fixas, de seus contratos, visando adequá-los ao mercado;

II) risco de crédito - advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto às instituições financeiras geradas por operações de aplicação financeira;

III) risco de gerenciamento de capital - advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

**Nota 26 - Demonstração do resultado segregado por atividade**

Apresentamos a seguir a demonstração do resultado do exercício por atividade, em 31 de dezembro de 2018, das unidades de negócios geração, distribuição e atividades não vinculadas:

	<b>Geração</b>	<b>Distribuição</b>	<b>Atividades não Vinculadas</b>	<b>Total</b>
<b>Ingressos/receita bruta</b>	<b>4.734.512,13</b>	<b>100.534.489,17</b>	<b>296.932,12</b>	<b>105.565.933,42</b>
Fornecimento energia elétrica	4.734.512,13	64.424.186,28	-	69.158.698,41
Doações contribuições e subvenções econômica	-	23.529.753,38	-	23.529.753,38
Outras receitas	-	106.705,28	296.932,12	403.637,40
Receitas com construção	-	12.473.844,23	-	12.473.844,23
<b>Deduções da receita</b>	<b>(1.445.121,29)</b>	<b>(17.719.806,05)</b>	<b>(17.537,11)</b>	<b>(19.182.464,45)</b>
ICMS	(851.521,30)	(11.098.654,51)	-	(11.950.175,81)
PIS e Cofins	(105.334,72)	(1.171.609,89)	(10.838,01)	(1.287.782,62)
Encargos do consumidor	(488.265,27)	(5.449.541,65)	-	(5.937.806,92)
ISS	-	-	(6.699,10)	(6.699,10)
<b>Ingressos/receita líquida</b>	<b>3.289.390,84</b>	<b>82.814.683,12</b>	<b>279.395,01</b>	<b>86.383.468,97</b>
<b>Dispendio/custo serviço energia elétrica</b>	<b>(970.785,75)</b>	<b>(62.842.254,15)</b>	<b>-</b>	<b>(63.813.039,90)</b>
Energia elétrica comprada	-	(30.241.032,45)	-	(30.241.032,45)
Dispêndios/custos de operação	(970.785,75)	(20.127.377,47)	-	(21.098.163,22)
Dispêndios/custos de construção	-	(12.473.844,23)	-	(12.473.844,23)
<b>Sobra/lucro bruto</b>	<b>2.318.605,09</b>	<b>19.972.428,97</b>	<b>279.395,01</b>	<b>22.570.429,07</b>
<b>Dispendio/despesas operacionais</b>	<b>-</b>	<b>(7.360.247,43)</b>	<b>-</b>	<b>(7.360.247,43)</b>
(+) Outros ingressos/receitas	-	431.035,11	-	431.035,11
Dispêndios/despesas administrativas	-	(6.450.193,13)	-	(6.450.193,13)
Outros dispêndios/despesas	-	(1.341.089,41)	-	(1.341.089,41)
<b>Resultado do serviço</b>	<b>2.318.605,09</b>	<b>12.612.181,54</b>	<b>279.395,01</b>	<b>15.210.181,64</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>-</b>	<b>(232.952,15)</b>	<b>-</b>	<b>1.959.422,95</b>
Disp/despesas financeiras	-	(1.096.187,55)	-	(1.096.187,55)
(+) Ingressos/receita financeira	-	863.235,40	-	863.235,40
<b>Resultado do exercício antes impostos sobre a renda</b>	<b>2.318.605,09</b>	<b>12.379.229,39</b>	<b>279.395,01</b>	<b>17.169.604,59</b>
Contribuição social	-	(124.486,49)	-	(124.486,49)
Imposto de renda	-	(321.795,80)	-	(321.795,80)
<b>Sobra/lucro do exercício</b>	<b>2.318.605,09</b>	<b>11.932.947,10</b>	<b>279.395,01</b>	<b>14.530.947,20</b>



**Nota 27 - Demonstração tributável do resultado – operações com associados e terceiros**

Apresentamos a seguir a demonstração tributável do resultado nas operações com associados e terceiros, em 31 de dezembro de 2018:

<b>Conta</b>	<b>Associados</b>	<b>Terceiros</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>1 Ingressos/receita bruta</b>	<b>95.761.419,97</b>	<b>9.804.513,45</b>	<b>105.565.933,42</b>	<b>82.597.333,26</b>
Ingressos/receita de energia elétrica	62.088.556,61	7.070.141,80	69.158.698,41	59.557.909,65
Serviços taxados	91.079,80	15.625,48	106.705,28	81.929,88
Ingressos/receita de serviços	435,00	-	435,00	-
Arrendamentos e aluguéis	61.838,56	217.652,29	279.490,85	243.372,06
Receita de construção	12.473.844,23	-	12.473.844,23	13.026.139,59
Doações, contrib. e subvenção econômica	21.045.665,77	2.484.087,61	23.529.753,38	9.669.440,14
Outros ingressos/outras receitas	-	17.006,27	17.006,27	18.541,94
<b>2 (-) Deduções dos ingressos/receita bruta</b>	<b>(16.929.055,79)</b>	<b>(2.253.408,66)</b>	<b>(19.182.464,45)</b>	<b>(16.892.729,60)</b>
Dispêndios/despesas com ICMS	(10.410.878,87)	(1.539.296,94)	(11.950.175,81)	(10.311.361,55)
Dispêndios/despesas com PIS	(206.370,84)	(22.960,34)	(229.331,18)	(196.387,74)
Dispêndios/despesas com Cofins	(952.480,61)	(105.970,83)	(1.058.451,44)	(906.409,67)
Dispêndios/despesas com ISS	(1.556,87)	(5.142,23)	(6.699,10)	(7.851,79)
Dispêndios/despesas com conta de desenvolvimento energético	(3.088.027,81)	(348.997,00)	(3.437.024,81)	(3.125.818,78)
Dispêndios/despesas com taxa de fiscalização	(162.610,11)	(17.729,74)	(180.339,85)	(147.566,95)
Dispêndios/despesas com outros	(2.107.130,68)	(213.311,58)	(2.320.442,26)	(2.197.333,12)
<b>3 (=) Ingressos/receita líquida</b>	<b>78.832.364,18</b>	<b>7.551.104,79</b>	<b>86.383.468,97</b>	<b>65.704.603,66</b>
<b>4 (-) Disp/custos de serv. energ. elétrica e serv. operacionais</b>	<b>(58.252.269,67)</b>	<b>(5.560.770,23)</b>	<b>(63.813.039,90)</b>	<b>(47.406.909,99)</b>
Energia fornecida comprada	(26.942.403,33)	(3.298.629,12)	(30.241.032,45)	(15.239.331,33)
Dispêndios/custo de operação	(18.836.022,11)	(2.262.141,11)	(21.098.163,22)	(19.141.439,07)
Dispêndios/custos de construção	(12.473.844,23)	-	(12.473.844,23)	(13.026.139,59)
<b>5 (=) Sobra/lucro bruto</b>	<b>20.580.094,51</b>	<b>1.990.334,56</b>	<b>22.570.429,07</b>	<b>18.297.693,67</b>
<b>6 (-) Dispêndios/despesas continuadas</b>	<b>(6.553.657,05)</b>	<b>(806.590,38)</b>	<b>(7.360.247,43)</b>	<b>(7.084.301,82)</b>
(+) Outros ingressos/receitas	383.806,75	47.228,36	431.035,11	135.016,41
Dispêndios/despesas gerais e administrativas	(5.745.338,98)	(704.854,15)	(6.450.193,13)	(6.014.807,19)
Outros dispêndios/despesas	(1.192.124,82)	(148.964,59)	(1.341.089,41)	(1.204.511,04)
<b>7 (=) Resultado do serviço</b>	<b>14.026.437,46</b>	<b>1.183.744,18</b>	<b>15.210.181,64</b>	<b>11.213.391,85</b>
<b>8 (+/-) Encargos financeiros líquidos</b>	<b>(269.618,27)</b>	<b>36.666,12</b>	<b>(232.952,15)</b>	<b>209.375,15</b>
Dispêndios/despesas financeiras	(979.923,22)	(116.264,33)	(1.096.187,55)	(601.183,81)
(+) Ingressos/receitas financeiras	710.304,95	152.930,45	863.235,40	810.558,96
<b>9 (=) Resultado antes dos tributos sobre sobras e/ou lucros</b>	<b>13.756.819,19</b>	<b>1.220.410,30</b>	<b>14.977.229,49</b>	<b>11.422.767,00</b>
<b>10 (-) Contribuição social</b>	-	<b>(124.486,49)</b>	<b>(124.486,49)</b>	<b>(93.940,21)</b>
<b>11 (-) Imposto de renda</b>	-	<b>(321.795,80)</b>	<b>(321.795,80)</b>	<b>(236.945,04)</b>
<b>12 (=) Sobra líquida do exercício</b>	<b>13.756.819,19</b>	<b>774.128,01</b>	<b>14.530.947,20</b>	<b>11.091.881,75</b>



Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Cermissões

Avenida Santa Lúcia, 1176 - Caibaté - RS.  
CEP 97930-000 FONE/FAX: (55) 3355-3000  
CNPJ 97081434/0001-03 - Inscr. Est.: 179/0001029  
Home Page - www.cermissoes.com.br

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina o artigo 54, Inciso X do Estatuto Social, reuniu-se nesta data o Conselho Fiscal da Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões CERMISSÕES a fim de proceder ao exame do balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, da demonstração de sobras ou perdas à disposição da assembleia, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado, notas explicativas e de todos os documentos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Durante os trabalhos de revisão e análise do relatório de auditoria, apresentado ao Conselho Fiscal, pelo auditor Antonio Carlos Nasi o qual foi acompanhado pelo contador Dilceu Everling, datado em 01 de fevereiro de 2019, assinado por Nardon, Nasi Auditores Independentes S/S, e constatou-se que a administração obteve plena realização de seus objetivos cujas demonstrações contábeis espelham a realidade econômica-financeira da Cooperativa, pelo que declaramos ter encontrado tudo em perfeita ordem e exatidão e somos de parecer que as mesmas merecem integral aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos Senhores Associados.

2014/2015/2016  
Caibaté – RS, 07 de fevereiro de 2019.

Alberto da Veiga Ferreira  
CPF 249.781.590-91



Jose Aloisio Pereira de Freitas  
CPF 055.820.080-04



José Dirceu Dutra  
CPF 243.426.450-68



NARDON / NASI  
Auditores & Consultores

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e Associados da

**COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES -  
CERMISSÕES**

Caibaté - RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES - CERMISSÕES**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas que fazem parte das referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES - CERMISSÕES** em 31 de dezembro de 2018, o resultado de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse assunto.



NARDON / NASI  
Auditores & Consultores

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e avaliar se os valores contidos no mesmo estão consistentes com as demonstrações contábeis e também com base no nosso conhecimento obtido durante a auditoria, possa haver distorções de fatos relevantes. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



NARDON / NASI  
Auditores & Consultores

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 01 de fevereiro de 2019.

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC-RS N° 542 - CVM N° 303/4 - OCB N° 15

  
Antonio Carlos Nasi  
Sócio Responsável  
Contador CRC-RS n.º 13.494-O